

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO
DA ___ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ/AL.

PEDIDO DE LIMINAR

ADERVAN DA SILVA, brasileiro, solteiro, jardineiro, inscrito sob o RG nº. 3603900-1 SSP/AL, e no CPF sob o nº. 111.417.694-09, residente e domiciliado na cidade de Maceió/AL, à CJ Sen. Rui Palmeira, nº 07, Bairro: Serraria, CEP: 57046-340; nesse particular representado por seu advogado abaixo assinado, instrumento de mandato anexo, endereço impresso no rodapé, vêm à presença de Vossa Excelência propor a presente:

AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS¹ em face de:

COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.170.191/0001-39, com sede na, Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1681– 4º, 5º, 6º e 7º andares – CEP 04571-011– São Paulo – SP, pelas razões que adiante expõe:

FATOS

Em 11/11/2014 a parte autora sofreu grave acidente de trânsito e atualmente apresenta quadro de invalidez permanente parcial. A parte autora deu início a processo administrativo para o pagamento do prêmio do seguro DPVAT perante a Ré. Para isso, durante o procedimento, juntaram todos os documentos originais previstos em lei para receber o seguro. No entanto, ao final do processo, tal documentação não foi retornada à parte autora, muito menos teve ela acesso à perícia e outros documentos afins.

¹ RECURSO ESPECIAL Nº 1.349.453 - MS (2012/0218955-5). PROCESSO CIVIL. **RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA**. ART. 543-C DO CPC. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. **AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. PEDIDO PRÉVIO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. NECESSIDADE**. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC, firma-se a seguinte tese: A propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, **a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável**, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária. (...) **Contudo, conforme demonstrado, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a propositura de cautelar de exibição de documentos, em se tratando de documentos comuns às partes, é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração de relação jurídica entre as partes.**(...)

A parte autora procura saber se o motivo do pagamento realizado pela seguradora foi negado, para tanto, solicitou o documento administrativo. Ademais, os documentos são de sua propriedade (BO, prontuário e documentos afins), não tendo sentido a parte ré negar sua entrega. Ou ponto que merece destaca é o caráter autônomo da prova, pois estes documentos poderão ser úteis para a parte outra em eventual processo de auxílio previdenciário, processo crime, seguros e outros afins. Deste modo, solicitar o documento é um direito autônomo e a ré não poderá negá-lo. Neste sentido, para Fredie Didier Jr (Curso de Processo Civil, Vol. 2, 2015:41), “o direito à prova é também um direito fundamental”.²

Assim sendo, o documento solicitado é **necessário e útil**, pois a parte autora poderá instruir eventual processo de seguro, de indenização, auxílio previdenciário ou simplesmente guardá-lo, pois o direito de pleitear referido documento é um direito autônomo, que poderia ter sido satisfeito com a entrega pela seguradora.

A parte autora, conforme Aviso de Recebimento em anexo³, **tentou extrajudicialmente receber a cópia do processo administrativo**, todavia, não obteve resposta da Ré. Diante de tal inação, não há outra medida a ser tomada se não o ajuizamento da presente ação para obter os documentos necessários. De acordo com este fato, a ré deu causa ao ajuizamento da ação (princípio da causalidade).⁴

Com a medida de exibição de documentos, requer seja a ré COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS intimada a apresentar cópia do processo administrativo de seguro da invalidez já indagado. Destaca-se que a ré faz parte do rol de seguradoras autorizadas a trabalhar com o seguro DPVAT e seu nome está indicado, inclusive, no site da seguradora Líder, ou seja, possui senha para acessar o sistema e poderá facilmente entregar a processo administrativo em questão.

O processo administrativo deverá conter cópia do boletim de ocorrência, dados do acidente e comprovação de pagamento, especialmente

² Neste sentido: O processo autônomo de produção antecipada de prova é de jurisdição voluntária. Não é processo cautelar – não há sequer a necessidade de alegar urgência... Fredie Didier Jr (Curso de Processo Civil, Vol. 2, 2015:138)

³ Entendimento do STJ de pertinência mesmo sem pedido administrativo prévio (destacando que neste caso há pedido prévio administrativo: “AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - DECISÃO MONOCRÁTICA DANDO PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DA RÉ. 1. **Esta Corte firmou entendimento quanto à existência de interesse de agir na propositura de ação de exibição de documentos de consumidor no âmbito da relação consumerista, independentemente do pedido na seara administrativa. Precedentes.** 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1228289/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 04/02/2014)”. (grifo nosso)

⁴ Neste sentido: O procedimento cautelar só é dependente do processo principal para efeito de fixação da competência do juízo (arts. 796, 800 e 809). Nos demais aspectos, a sua autonomia decorre de forma expressa da lei do processo, mesmo porque, uma vez instaurado o processo cautelar, a principal poderá nem sequer existir e o resultado daquele não influi no julgamento desta [...] **Os honorários advocatícios serão devidos, agora, porém, em função do princípio da causalidade.** Cahali, Yussef Said. Honorários advocatícios. 4. ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2011.

data de pagamento, valor recebido, **data de entrada do processo** e eventuais perícias realizadas.

DO DIREITO

O diploma legal que regulamenta os termos desta pretensão esta no CPC/1973, art. 355 a 363. A medida também tem fundamento por analogia ao procedimento cautelar preparatório com previsão legal no CPC/1973, art. 796, 801 a 803, 809, 844⁵ e 855. O *caráter preparatório da presente cautelar* se dá em razão da necessidade de conferência da data do pagamento administrativo (para verificar eventuais pedidos de correção), além de eventuais perícias realizadas.

Necessário se faz também a **concessão da liminar** para exibição dos documentos, pois presente esta o *periculum in mora* e *fumus boni iuris*. A demora na exibição do documento implicará em atraso no julgamento de eventuais lide principal, que inclusive estará apta para o julgamento antecipado. O *fumus boni iuris* está comprovado pelos anexos documentos comprobatórios e na necessidade da parte autora provar que o pagamento realizado na esfera administrativa foi realizados de forma incorreta. Ademais as cópias são necessárias para a parte autora instruir eventual ação de indenização ou pedido previdenciário, ou seja, os documentos são da parte autora e com ela devem ficar.

DO DIREITO DE INFORMAÇÃO. CARÁTER SATISFATÓRIO.

A medida poderá ter caráter preparatório, ou seja, pode ser reconhecida como eventual medida cautelar (embora assim não entenda a parte autora), porém insta salientar que a mesma também é meio o qual a parte autora objetiva conhecer e fiscalizar procedimento em que foi envolvida direta e ativa. Por esta razão, resta evidente o caráter satisfativo da presente demanda como disposição do acesso à informação, garantia constitucional prevista no artigo 5º, inciso XIV da Constituição Federal⁶.

Desta forma, diante de um procedimento deveras obscuro, que não apresenta cópias dos documentos entregues ou dos registros dos atos tomados pela seguradora, percebe-se claramente razoável o ânimo da parte autora em propor a ação judicial, visando obter a ciência exata do que foi realizado ao longo do processo administrativo, com o intuito de esclarecer

⁵ Art. 844. Tem lugar, como procedimento preparatório, a exibição judicial: I - de coisa móvel em poder de outrem e que o requerente repete sua ou tenha interesse em conhecer; II - de documento próprio ou comum, em poder de interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios; III - da escrituração comercial por inteiro, balanços e documentos de arquivo, nos casos expressos em lei. (grifo nosso)

⁶ XIV - é assegurado a todos o acesso à informação, e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

eventuais dúvidas que tenham restado. Ademais, faz parte de empresa que parte do “lucro” é encaminhado para o SUS, ou seja, seu controle faz parte de interesse da sociedade.

Ademais, conforme já ressaltado, a data do pagamento administrativo poderá ser o marco inicial da correção a ser pleiteada em ação principal. Na posse desta informação, será do juízo de conveniência da parte autora, a partir dos cálculos que determinarem o *quantum* a que tem direito e verificando não se tratar de valor ínfimo, propor ou não ação judicial de cobrança. Daí outro aspecto do caráter satisfativo da demanda.

CPC/2015.

Em breve, em situações similares, poderá a parte autora propor produção antecipada da prova nos termos do art. 381 e seguintes do CPC/2015.

A alteração será significativa e tem, inclusive, reflexos nessa ação, pois a ideia do CPC/2015 é a mesma dessa pretensão, ou seja, o **direito autônomo de produzir a prova**⁷. Neste sentido:

Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: I - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação; II - a prova a ser produzida **seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;** III - o **prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.**

Verifica-se que claramente que há um direito autônomo de produzir a prova, ou seja, o documento é comum das partes e, logicamente, terá a parte autora direito de pedir suas cópias, a recusa é injustificada.

Quando da entrada em vigor do CPC/2015, poderá a parte autora entrar com a referida ação de produção antecipada de provas sem a medida cautelar, pois a prova passa a ter caráter autônomo, medida esta bem similar, portanto, ao objeto dessa pretensão.

PEDIDO

Diante do exposto, REQUER:

a) A **concessão da liminar**, *inaudita altera pars*, com intimação da ré, para no prazo de 5 dias apresentar cópia do processo administrativo⁸ de Seguro

⁷ Neste sentido: DIDIER Jr, Fredie. **Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos tutela.** Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira – 10. ed.. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015, v. 2

⁸ Princípio da economia processual e previsibilidade das decisões, veja precedente do STJ no início.

DPVAT do acidente de trânsito da parte autora, *com cópia de todos os documentos do processo, além de data de entrada, data de pagamento e eventuais perícias médicas;*

b) a citação da ré, para que tome conhecimento do inteiro teor da pretensão e, no prazo legal, apresente defesa, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;

c) requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos: como prova documental e o anexo Aviso de Recebimento (recusa administrativa para o princípio da causalidade).

d) Seja ao final julgado procedente o pedido da parte autora (**confirmando os efeitos da liminar**), para condenar a ré a apresentar cópia do processo administrativo de Seguro DPVAT do acidente de trânsito ocorrido, **inclusive com condenação aos honorários de sucumbência pelo princípio da causalidade**⁹ (CPC/1973, art. 20, §4º);

e) As intimações, art. 39 CPC, sejam encaminhados para **Juliana Trautwein Chede, OAB/DF nº. 48.280 e OAB/AL Aguardando Sair Numeração**, advogada devidamente constituído, endereço impresso do rodapé e recebe intimações pelo D.J. Para efeitos do disposto no artigo 9º, II, §2º da Lei 8.906/94, a advogada responsável pelo andamento processual é **Juliana Trautwein Chede**, com OAB devidamente registrada neste Estado e podendo possuir mais de 5 ações.

f) o benefício da **assistência judiciária gratuita** uma vez que a parte autora não tem a mínima condição de custear o processo.

Atribui-se à causa, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito). Parâmetro de salário mínimo nacional.¹⁰

Termos em que, pede deferimento.
Londrina, segunda-feira, 9 de novembro de 2015

Juliana Trautwein Chede
OAB/DF 48.280

⁹ Neste sentido, conferindo direito aos ônus de sucumbência pelo princípio da causalidade: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; LINS CONCEIÇÃO, Maria Lúcia; SILVA RIBEIRO, Leonardo Ferres da; MELLHO, Rogerio Licastro Torres de. **Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil, artigo por artigo**. RT, 1º, ed. São Paulo, 2015.

¹⁰ Neste sentido, de acordo com Theotonio Negrão¹⁰, o valor da causa nas ações cautelares não se subordina aos critérios do art. 259, mas ao definido no art. 258, ambos do CPC. **Entendendo-se desnecessária a atribuição de valor de causa, no procedimento cautelar**. NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto Ferreira. Código Civil e legislação processual em vigor. 40. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.